



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681176 - PR (2021/0225140-3)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : VALERIA MARIA GUERRA
ADVOGADO : VALERIA MARIA GUERRA - PR054758
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : YAGO FELIPE GARCIA DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : CARLOS HENRIQUE GARCIA DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de YAGO FELIPE GARCIA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0037936-09.2021.8.16.0000).

O paciente foi preso em flagrante, em 25/3/2021, pela suposta prática de tráfico de drogas, crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006. O flagrante foi convertido em prisão preventiva.

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada.

A impetrante sustenta que o decreto preventivo não estaria devidamente fundamentado, pois baseado na quantidade de droga apreendida e em atos infracionais praticados quando o paciente era menor de idade. Assevera que o paciente seria primário e teria residência fixa junto de sua família.

Afirma que os requisitos da custódia cautelar não estariam preenchidos, porquanto não estaria demonstrado o *periculum libertatis*.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar. Subsidiariamente, requer a substituição da prisão por medidas cautelares diversas, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente